

Crônica da casa assassinada

Rubem Azevedo Lima

Sob o impacto de um processo normalmente corrosivo e desagregador, como é o caso da corrupção que se alastrou pelo País, o Brasil enfrenta, hoje, uma das maiores crises morais de sua História.

Depois da longa novela do impeachment do ex-presidente Collor, por práticas corruptas de seu governo, a CPI do Orçamento descobre, a cada dia, novos filões da corrupção que vêm gangrenando o tecido social brasileiro.

Devido às investigações parlamentares, envolvendo congressistas, ministros, governadores e empresários, o Legislativo paralisou-se e semiparalisou o Brasil. Apesar disso e das dificuldades econômicas ou equívocos governamentais que enfrenta, o País resiste e avança.

A que se deve tal milagre, que vence a paralisia e a perplexidade, senão ao amadurecimento do povo brasileiro e das Forças Armadas? Os apelos a soluções de força — como se a força pudesse varrer a corrupção do território nacional — não encontram eco nos setores responsáveis da sociedade. Os trabalhadores e as classes mais pobres, vítimas principais da corrupção que se apropriou de recursos públicos, esperam que a CPI enquadre os corruptos e corruptores do Orçamento, sejam eles quem forem, quantos forem e estejam onde estiverem, para que a justiça, afinal, funcione com rapidez e ponha os criminosos de colarinho branco na cadeia.

Ao autorizar a criação da CPI, o Congresso, conforme lição de Alan Barth (Government by investi-

on), revela ter um propósito legislativo que vai além da simples investigação de fato determinado. Esse propósito consiste em evitar, no futuro, com legislação adequada, que o delito investigado possa repetir-se, por deficiências na lei.

Portanto, no episódio que magnetiza as atenções da opinião pública, a JCP, com as provas já colhidas e que está colhendo, terá de propor a punição, no âmbito parlamentar, dos responsáveis pela pilhagem do Orçamento, e, no plano extraparlamentar, a responsabilização civil e penal dos corruptos e corruptores, por intermédio da Procuradoria da República.

Além disso, deverá rever a legislação política e orçamentária, para que o Orçamento deixe de ser uma ação entre amigos espertos e o Congresso não seja abrigo da corrupção impune.

Sobre os trabalhos da CPI, os que acompanham as investigações louvam a humildade com que a comissão recorre aos técnicos da Receita Federal, da Polícia Federal e do Tribunal de Contas, além dos assessores do próprio Congresso, no rastreamento dos crimes do Orçamento.

Essa colaboração, no entanto, foi subutilizada nos interrogatórios. Muitos interpelantes, para se mostrarem, fizeram indagações ingênuas ou descabidas, de mera conveniência político-partidária. A propósito, o mesmo Barth adverte sobre os desvios demagógicos nas CPIs "Como qualquer corpo legislativo — diz ele — o Congresso dos Estados Unidos tem sua cota de demagogos. Mas nele também existem estadistas, ca-

pazes de altear-se nas grandes ocasiões. E, como no povo que representa, há, no Congresso, reservas de tolerância, magnanimidade, respeito pela justiça e fé em suas tradições... É na majestade do Congresso que se encontrarão os freios necessários à sua conduta."

Aqui e ali, um pouco de desconfiômetro dos integrantes da CPI não faria mal nenhum. Pelo contrário, pois poderia tornar-se rotina que os interpelantes, ao questionarem os depoentes, tivessem a seu lado o apoio dos técnicos que os assessoram nas investigações realizadas antes das sessões públicas. De resto, como está em causa o futuro de muitos congressistas, a CPI deve proteger-se de tentações corporativas, lembrando-se de que a importância dos cargos exercidos pelos colegas, longe de ser atenuante é uma agravante. Há que considerar, ainda, que, além de obrigado a respeitar a lei, como todos os brasileiros, o congressista deve também zelar pelo decoro parlamentar.

Por mais descrente que esteja com as instituições democráticas, a Nação quer que a CPI seja implacável na tentativa de limpar todos os escaninhos do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e das empresas que lidam com recursos públicos. Se o for, o Congresso pode até não crescer perante a opinião pública, mas deixará de continuar caindo. O que já é muito bom para o Brasil e para a democracia. O que não pode mais é o Legislativo ser diariamente assassinado pelos legisladores.

■ Rubem Azevedo Lima é jornalista

3661
30
CORREIO BRAZILIENSE